

- Senhora Representante da Assembleia Municipal de Esposende
- Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Esposende, Gandra e Marinhas
- Senhoras e Senhores Vereadores
- Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal
- Senhores Presidentes de Junta e demais autarcas presentes
- Autoridades Civas, Militares e Religiosas
- Senhoras e Senhores Jornalistas
- Minhas Senhoras e meus Senhores

Assinalamos hoje os 440 anos de existência deste Município e o 19º aniversário da nossa cidade de Esposende.

Estas comemorações têm sido não só uma clara demonstração do orgulho de pertencermos a esta terra maravilhosa, que é por todos considerada um privilégio da Natureza, mas também uma homenagem à nossa história, às nossas gentes e às nossas conquistas.

Agradeço, sensibilizado, a vossa presença e a vossa participação neste dia festivo.

Porque é Dia do Município, quero também aproveitar a oportunidade para mais uma vez agradecer a todos os munícipes que nos têm acarinhado e têm depositado em nós a sua confiança, entregando-nos a responsabilidade de dar continuidade a este trabalho empenhado e sério, que tem perseguido ao longo dos últimos anos um único objectivo: promover o desenvolvimento

harmonioso, sustentado e integral deste concelho, com justiça e com igualdade de oportunidades para todos.

Um agradecimento também muito especial a todos aqueles e aquelas que exercendo funções autárquicas, no Município ou nas freguesias, dão o seu contributo para a dignificação da política e contribuem com o seu empenho e dedicação para o desenvolvimento da nossa terra.

Minhas senhoras e meus senhores,

Nunca é demais lembrar que o Dia do Município também é dia de reflexão sobre o concelho e sobre o próprio país.

Não deixando de ser uma oportunidade para a crítica política, importa que seja, acima de tudo, um momento de análise, de esclarecimento e, se necessário for, de manifestação das nossas preocupações, porque apesar de ser um dia para assinalar o passado, não pode deixar de ser também um olhar sobre o nosso futuro.

Tenho dito ano após ano nesta sala e neste dia, que me preocupa cada vez mais o futuro do Poder Local em Portugal.

A verdade, triste verdade, é que ao longo da última década temos vindo a assistir a um ataque cerrado ao Poder Autárquico e a uma campanha de descredibilização daqueles que dedicam grande parte do seu tempo à causa pública e ao desenvolvimento das suas freguesias e dos seus concelhos.

Governantes e deputados, sentados nas cadeiras do Poder de Lisboa, afastados do verdadeiro sentir e dos verdadeiros problemas das populações, foram criando e aprovando leis atrás de leis, que têm condicionado sobremaneira o trabalho das autarquias e dos autarcas deste país.

Desde a limitação de mandatos imposta aos autarcas, e só aos autarcas, naquilo que foi um atestado de incompetência passado aos eleitores, até aos cortes nas transferências financeiras para as Autarquias, os governantes e os senhores deputados tudo têm feito para convencer a opinião pública de que o Poder Local é o pai de todos os males da política em Portugal.

Que dizer, por exemplo, de todos aqueles que se têm sentado nas cadeiras da Assembleia da República? Fazem-no por amor ao país e preocupados com a qualidade de vida dos portugueses ou fazem-no para defender os interesses dos grupos económicos, bancos, empresas privadas ou escritórios de advogados aos quais têm ligações escandalosas só aceitáveis num país que ainda não percebeu bem o conceito de Democracia ou, no mínimo, um país de brandos costumes?

Que dizer destes importantes representantes da Nação que limitam os mandatos dos outros, que impõem cortes aos outros, mas que mantêm as suas benesses e regalias intocáveis, sejam elas as que lhes permitem desempenhar a função durante o tempo que quiserem ou obterem a reforma em tempo recorde? E já agora, numa altura em que querem reduzir tudo e mais alguma coisa e em que é necessário poupar o dinheiro dos contribuintes, 230 deputados num país com esta dimensão, para quê? Para baterem à porta dos presidentes de Câmara para apresentarem os

administradores das empresas "amigas", sugerindo mais umas parcerias público-privadas, mesmo que dias mais tarde subam à tribuna para atacar o modelo que levou o país à quase bancarrota?

Estas palavras não são um ataque a ninguém. São somente mais um desabafo de quem continua a não suportar a hipocrisia e de quem está cansado de ser condicionado na sua actividade autárquica por quem nunca soube, nunca quis ou nunca foi capaz de trabalhar junto dos verdadeiros problemas das pessoas.

A prova disso mesmo são as leis e reformas absurdas que se idealizam e que se implementam neste país.

Poderia dar dezenas ou centenas de exemplos, mas falo-vos somente, em jeito de alerta e para despertar as consciências, para uma lei aprovada em 2005, que levará a que os proprietários dos terrenos localizados numa faixa de 50 metros a contar da linha de água em zonas ribeirinhas (rio ou mar) percam as suas propriedades a favor do Estado. De facto, esta lei obriga a que os donos de imóveis localizados em zonas ribeirinhas, intentem uma acção contra o Estado até Janeiro de 2014, de forma a provarem que os seus terrenos já eram de utilização privada antes de 1864. Caso não o façam, não serão considerados efectivos proprietários dos seus terrenos, o que significa que não os poderão vender ou sequer efectuar obras de restauro ou construção que implique uma licença pública. Esta legislação até seria minimamente aceitável se o processo de reconhecimento da propriedade fosse um processo fácil. Mas não é de todo. Estamos perante processos muito difíceis, morosos e com custos altíssimos, já que o recurso a advogados é incontornável. Em

resumo, quem for proprietário de um imóvel localizado numa zona ribeirinha, se não contratar um advogado para intentar uma acção contra o Estado, fazendo prova de que esse imóvel já era privado antes de 1864, ficará sem ele em Janeiro de 2014. Não me perguntem se foram políticos-advogados que idealizaram esta lei, porque serei forçado a responder: "Só pode!".

Caras e caros munícipes,

Portugal continua mergulhado numa das mais graves crises dos últimos 25 anos. Uma crise financeira, económica, social e simultaneamente política.

Vivemos hoje num país com deficit de valores, com excesso de direitos e com uma enorme falta de sentido de responsabilidade no domínio da gestão pública.

Por outro lado é preocupante, do ponto de vista da Democracia, a imagem que os portugueses têm hoje dos seus políticos e dos seus governantes, assim como a confiança que depositam nos mesmos.

Mas será que o problema não estará também em nós como povo, como matéria-prima de um país?

Como escreveu Eduardo Prado Coelho, um país onde a esperteza é a moeda sempre valorizada, tanto ou mais do que o Euro.

Um país onde ficar rico da noite para o dia é uma virtude mais apreciada do que formar uma família baseada em valores e respeito aos demais.

Um país onde, lamentavelmente, os jornais jamais poderão ser vendidos como noutros países, isto é, colocando umas caixas nos passeios onde se paga por um só jornal e se tira um só jornal, deixando-se os demais onde estão.

Um país onde as pessoas se sentem espertas porque conseguiram comprar um descodificador falso da TV Cabo ou porque fraudaram a declaração de IRS para não pagarem ou pagarem menos impostos.

Um país onde a falta de pontualidade é um hábito, onde os directores das empresas não valorizam o capital humano, onde há pouco interesse pela ecologia, onde as pessoas atiram lixo para o chão e depois criticam a autarquia por não ter as ruas limpas.

Um país com o maior número de telemóveis por habitante, que dá a ganhar milhões às operadores de comunicações móveis, mas onde toda a gente se queixa que o abastecimento de água é caro.

Um país onde não existe a cultura da leitura (onde os nossos jovens dizem que é muito chato ler) e onde não há consciência nem memória política, histórica, ou económica.

Um país onde as cartas de condução podem ou podiam ser compradas e onde os atestados médicos servem para gozar uns dias de férias, para desenvolver actividades profissionais paralelas ou para se ter tempo para tratar de uns assuntos pessoais.

Um país onde uma pessoa de idade avançada, ou uma mulher com uma criança aos braços, ou um inválido, fica em pé nos transportes públicos, enquanto a pessoa que está sentada finge que dorme para não dar o seu lugar.

Um país onde fazemos constantemente coisas erradas, mas onde estamos sempre a criticar o familiar, o vizinho, o conhecido ou quem nos governa.

Um país onde os pais contestam o encerramento de escolas só porque não querem que os filhos se misturem com crianças ou jovens de extractos sociais aparentemente mais desfavorecidos.

Um país onde se destrói mobiliário urbano e parques infantis e onde se roubam árvores e plantas dos jardins públicos com toda a naturalidade e toda a impunidade.

Um país onde se mente sobre a idade dos filhos ou dos netos para se conseguir uma entrada gratuita ou mais barata nos museus, nos estádios ou no Jardim Zoológico.

Um país onde aquele que mais critica a forma como o dinheiro público é gasto, faz tudo para conseguir vender um terreno a uma autarquia pelo triplo do seu real valor.

Um país onde ser esperto é conseguir convencer o agente da autoridade a não autuar um excesso de álcool ou de velocidade.

A verdade é que como matéria-prima de um país temos muitas coisas boas, mas também temos ainda muito caminho a percorrer

para sermos os homens e as mulheres de que o nosso país precisa.

São esses nossos defeitos, essa chingo-espertice portuguesa congénita, essa desonestidade em pequena escala, que depois cresce e evolui até se converter em casos escandalosos na política. É essa falta de qualidade humana que é real e honestamente ruim. Aqueles que nos governaram e aqueles que nos governam são portugueses como nós, eleitos por nós, nascidos aqui, não em qualquer outra parte.

Não teremos melhores governantes enquanto não sinalizarmos um caminho destinado a erradicar primeiro os vícios que temos como povo.

É muito bom ser português. Mas quando essa portugalidade autóctone começa a ser um empecilho às nossas possibilidades de desenvolvimento como Nação, então tudo muda.

Concentremos as nossas forças na responsabilidade, no trabalho, na solidariedade, no compromisso e na defesa dos interesses colectivos. No dia em que isso acontecer, não tenho dúvidas de que imergirão melhores políticos e melhores governantes.

Mas a classe política não será ela própria responsável pela péssima imagem que tem junto da opinião pública? Claro que sim. Tem e tem muita.

Nenhum político ou nenhum Governo pode querer ser compreendido ou bem aceite pelo povo quando mete na gaveta as promessas eleitorais, quando é forte com os fracos e em

contrapartida se verga e encolhe perante os poderosos ou quando faz do Poder um instrumento de benesses e de regalias dos que lhe são mais próximos.

Nenhum português percebe que se encha a boca com palavras como "rigor", "seriedade", "transparência" e "isenção", e que depois se escolha para protagonista da renegociação das parcerias público-privadas quem no passado representou os interesses privados; ou que se recrute para uma empresa pública, para negociar as dívidas com os municípios, quem como principal responsável de um município era à data o maior dos devedores; ou que se nomeie para a Direcção de um Agrupamento de Centros de Saúde quem no emprego anterior apresentou em 4 anos mais de 50 atestados médicos e faltou mais de 600 dias ao serviço, publicando-se inclusivamente em Diário da República um currículo com imprecisões grosseiras.

Também nenhum português consegue perceber, principalmente os Funcionários Públicos, porque razão se vêm obrigados a fazer grandes sacrifícios pessoais, fruto dos elevados cortes nas suas remunerações, quando as remunerações em alguns ministérios e órgãos de soberania até cresceram, como por exemplo, no Parlamento, no Tribunal de Contas, no Tribunal Constitucional, na Presidência da República, no Ministério da Economia ou no Ministério da Justiça.

Difícilmente um português conseguirá perceber a razão porque é aprovado um novo Estatuto dos Gestores Públicos, que os impede de auferirem um vencimento superior ao do Primeiro-Ministro, e logo de seguida se começam a dar despachos de excepção, permitindo a gestores de empresas públicas que

apresentam anualmente prejuízos de milhões de euros, ganharem mais num mês do que muitos portugueses em 3 anos.

A verdade é que há cada vez mais atitudes e comportamentos que os portugueses não percebem e, como tal, nenhum governante se poderá queixar da contestação de que possa ser alvo.

Sou Presidente da Câmara Municipal de Esposende há 14 anos. Os esposendenses conhecem-me bem. Sabem que crítico quando tenho de criticar e elogio quando devo elogiar, independentemente dos visados pertencerem ou não ao meu quadrante político. Sempre fui assim e não seria agora, a pouco mais de 1 ano de deixar definitivamente a actividade política que iria mudar.

Preocupa-me, como autarca e como cidadão, o estado a que o país chegou. Preocupa-me acima de tudo o que possa vir a acontecer do ponto de vista social.

Como noutras alturas, quem passa dificuldades tem sempre a porta mais próxima à qual vai bater: à Junta de Freguesia ou à Câmara Municipal.

Mas mesmo para essas o futuro é muito , mesmo muito preocupante.

Mesmo com o conhecimento profundo da realidade que temos e com a vontade que sempre demonstramos em ajudar aqueles que mais necessitam, essa missão tem-se tornado cada vez mais difícil para as Autarquias Locais.

Basta pensar que temos hoje o garrote de uma Troika pouco sensível para as questões sociais, um Governo que maltrata o Poder Local e uma conjuntura financeira absolutamente desastrosa, com algumas das principais receitas municipais com quebras que chegam aos 70%.

Não tenho qualquer problema em reconhecer que este tem sido o meu mandato autárquico mais difícil. Desde a primeira hora em que assumi a presidência desta autarquia que coloquei no topo das prioridades a boa gestão financeira do Município, não descurando obviamente o desenvolvimento económico e social do concelho. Hoje não tenho dúvidas de que foi a opção correcta, mesmo sabendo que a mesma tem exigido muitos sacrifícios, muita dedicação, muita entrega e muita determinação.

Mas como não há sucessos de um homem só, quero mais uma vez agradecer publicamente a todos aqueles que exercendo funções autárquicas, na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, nas Juntas e Assembleias de Freguesia, contribuíram com o seu trabalho e dedicação para esta causa.

Bem sei que poderíamos ter feito como muitos outros: gastar, gastar, gastar, mesmo não tendo dinheiro para honrar os compromissos. É bem provável que estes habilidosos da gestão dos dinheiros públicos soubessem que viria alguém que lhes resolveria os problemas, mais não seja criando uma linha de crédito específica para pagarem os seus calotes.

Também sei que há autarcas que conseguem uns arranjinhos com o Governo Central, nomeadamente através da suposta venda de terrenos de aeroportos e centros culturais, que lhes permitem

encaixar umas centenas de milhões de euros. Mas isso são benesses só ao alcance de alguns.

Em Esposende só podemos contar com o nosso esforço e com o nosso trabalho. As ajudas, os apoios e as benesses, passam ao lado, tal como passou a linha férrea.

Confesso que tem havido momentos em que a revolta e a sensação de injustiça é tal, que a vontade de bater com a porta vai muito para além do que seria normal, sendo que para o fazer nem sequer tinha necessidade de inventar uma doença de conveniência. Mas nessas alturas o peso do compromisso assumido com a população do meu concelho fala mais alto.

Mas é por estas e por outras que me dá um especial gozo ver o Município de Esposende ser classificado, por uma entidade independente e idónea, como um dos 10 municípios mais eficientes do país, sendo o único da Região Norte.

Também é por isso que me dá uma satisfação especial ser responsável por um Município que transitou de ano sem dívidas de curto prazo e que hoje, dia 19 de Agosto de 2012, mantém o valor dessa dívida inalterado, ou seja, a zeros.

Ao contrário de outros que já não têm receitas suficientes para cobrirem as despesas de funcionamento, apesar de continuarem a gastar milhões de euros em festivais, festas e obras megalómanas, neste Município não só não sofremos deste mal, como queremos criar condições para continuar a investir na melhoria de qualidade de vida das populações.

É certo que para o conseguirmos continuamos a precisar da compreensão de todos, porque será necessário continuar a implementar medidas de forte contenção. Mantemos por isso inalterada a preocupação de poupar ao cêntimo.

Estamos a fazê-lo porque queremos executar o maior número possível de investimentos neste mandato, já que infelizmente nos futuros mandatos as autarquias limitar-se-ão à prestação de serviços e à manutenção daquilo que andaram a construir ao longo das últimas décadas. Não haverá recursos para mais e reitero que é bom que as populações se comecem a mentalizar desta nova realidade.

Olhando para este cenário de constante apertar do cinto que nos está a ser imposto, seremos tentados a pensar que isto nos vai levar ao desânimo e ao baixar de braços.

Puro engano. Continuamos com o mesmo entusiasmo, com a mesma determinação e com a mesma vontade de tornar este concelho cada vez mais desenvolvido e atractivo.

É certo que executar um programa municipal é só por si difícil, mas é ainda mais difícil se encontrarmos, em quem tem obrigação de nos ajudar, uma forma de estar e de actuar bem diferentes.

Tem sido desesperante constatar que há organismos do Estado que estão praticamente inoperantes desde que se deu a mudança de Governo, porque os seus responsáveis não sabem se ficam, se o organismo se vai manter, se vai ser extinto ou se vai ser agregado, que funções devem desempenhar e que competências têm. Chegou-se ao ridículo de altos responsáveis de organismos

regionais meterem férias porque nem competências tinham delegadas para assinarem correspondência.

Veja-se a forma como tem sido gerido o processo de reestruturação do QREN. Avanços, recuos, birras, contestação, indefinição, o tempo vai passando e não se faz praticamente nada.

Esta preocupação relativamente à falta de decisão e de orientação na acção governativa, obriga-me obviamente a abordar a questão do Polis Litoral Norte.

É do conhecimento público que manifestei no dia da inauguração da obra de Requalificação da Zona Ribeirinha de Esposende a minha preocupação relativamente à situação vivida na Polis Litoral Norte, fruto da indecisão do Governo relativamente ao futuro do programa e da sociedade.

Anunciei na altura que a Câmara Municipal de Esposende iria aguardar mais 1 mês por uma tomada de posição do Governo sobre esta matéria e que caso ela não ocorresse proporia à Assembleia Municipal a saída do Município da Polis Litoral Norte.

Pedindo a vossa compreensão e paciência, gostaria de dar a conhecer publicamente o teor da carta enviada no dia 16 de Julho último à Senhora Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território:

Excelência,

O programa Polis Litoral Norte está focado numa faixa costeira continental dos concelhos de Esposende, Caminha e Viana do Castelo, numa extensão de 50 quilómetros na Região Norte. Integra ainda as zonas estuarinas dos rios Minho, Coura, Âncora, Lima, Neiva e Cávado, numa extensão de, aproximadamente, 30 km.

A Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A., sociedade comercial de capitais exclusivamente públicos constituída pelo Decreto-Lei nº 231/2008, de 29 de Novembro, assumiu a gestão da intervenção com a missão da gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito da operação de Requalificação e Valorização do Litoral Norte entre 2009 e 2013. Esta entidade possui uma participação maioritária do Estado e a parte restante é distribuída pelas autarquias de Esposende, Caminha e Viana do Castelo. O Estado é representado no Conselho de Administração pela extinta Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P. (ARH-Norte I.P.) e pelo extinto Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. (ICNB, I.P.), entidades que asseguravam a gestão integrada da zona costeira alvo da intervenção.

Está previsto o desenvolvimento da intervenção da Polis Litoral Norte até Março de 2013, tendo-se perspectivado aquando da sua constituição que o ano de 2010 fosse marcado fundamentalmente pela elaboração de estudos e projectos e que a maioria das empreitadas estivesse no terreno nos anos de 2011 e 2012.

O Plano de Intervenções envolve um investimento estimado na ordem dos 80 milhões de euros, dos quais 9 milhões de euros se destinam a custos de estrutura e gestão da intervenção, repartindo-se da seguinte forma: 44,5 milhões de euros de Financiamento Comunitário (QREN); 27,1 milhões de euros de Financiamento do Estado e dos municípios; e 9,4 milhões de euros de Investimento Privado.

Por imposição do Governo anterior a gestão técnica do programa foi entregue à empresa pública Parque Expo, sendo o custo médio mensal de gestão da ordem dos 100 mil euros.

Feito um enquadramento do programa e da sociedade Polis Litoral Norte, importa agora fazer um ponto da situação, tendo em conta que estamos a 8 meses do prazo previsto para a conclusão das intervenções.

O arranque do programa foi bastante mais lento do que se esperava, fruto essencialmente das grandes dificuldades que a sociedade foi encontrando para obter o licenciamento dos projectos junto das entidades competentes, a maioria delas tutelada pelo Ministério pelo qual Vossa Excelência é responsável. Importa referir que a inclusão de representantes das entidades que asseguravam a gestão integrada da zona costeira alvo da intervenção visou simplificar e agilizar os procedimentos de licenciamento dos projectos, facto que nem sempre se verificou.

Desta forma, e ao contrário do inicialmente previsto, até final do ano de 2011 a sociedade só conseguiu executar duas empreitadas: Requalificação dos Arruamentos Interiores do

Pinhal de Ofir (já existia projecto elaborado pelo Município) e Execução dos Percursos da Natureza do Parque Natural do Litoral Norte, ambos no concelho de Esposende.

Em Agosto de 2011, para além de Vossa Excelência ter anunciado publicamente a extinção da empresa Parque Expo, o Conselho de Administração da Polis Litoral Norte recebeu ordens do Gabinete de Vossa Excelência para suspender a execução de novos projectos. Tal medida e anúncio provocaram alguma preocupação nos municípios, tendo sido solicitada de imediato uma audiência com Vossa Excelência, que viria a ser agendada para 6 de Outubro de 2011.

Nessa audiência foi-nos transmitido por Vossa Excelência que os Polis Litoral estavam a ser reavaliados e que, em princípio, o Governo iria ter necessidade de canalizar parte do capital social já realizado pelo Estado nessas sociedades para cobrir os 40 milhões de euros de dívida dos antigos Polis de Cidade. A ser implementada tal medida, tornar-se-ia necessário, portanto, reduzir o valor total de investimento nos Polis Litoral e, conseqüentemente, reduzir o número de intervenções a realizar, privilegiando-se os projectos do Eixo 1 - Protecção e defesa da zona costeira.

Perante esta decisão do Governo, foi então solicitado pelos municípios autorização para se dar continuidade às empreitadas com financiamento do QREN já contratado, e cuja componente nacional fosse suportada somente pelo capital social subscrito pelos municípios, a saber: Requalificação da Frente Ribeirinha de Esposende, Requalificação da Frente Ribeirinha de Fão (Esposende) e Requalificação da Frente Ribeirinha de Viana do

Castelo, tendo Vossa Excelência acedido a tal pedido. Mais foi solicitado que o Governo tomasse rapidamente uma decisão relativamente ao futuro das restantes intervenções, tendo em conta que a Polis Litoral Norte tem custos fixos de gestão elevadíssimos, decorrentes essencialmente do pagamento de honorários à Parque Expo.

Passado que está praticamente 1 ano sobre a data do anúncio de extinção da Parque Expo e sobre a recepção da ordem de suspensão da execução de novos projectos, e na ausência de qualquer orientação e decisão do Governo sobre o futuro do Polis Litoral Norte, venho pelo presente alertar Vossa Excelência para o seguinte:

- 1. A menos de 8 meses do término do programa, a taxa de execução do Polis Litoral Norte é somente de 15%, sendo quase certa a necessidade de prolongar o programa por mais 2 anos, com o conseqüente aumento exponencial dos custos de gestão;*
- 2. Tendo sido concluída a empreitada de Requalificação da Frente Ribeirinha de Esposende, a Polis Litoral Norte ficará a suportar a partir de agora uma estrutura de gestão com um custo mensal de 100.000 euros somente para fazer o acompanhamento da execução da empreitada de Requalificação da Frente Ribeirinha de Viana do Castelo, que é a única intervenção com financiamento assegurado e que tem autorização da tutela para avançar;*
- 3. Dos 44,5 milhões de euros de Financiamento Comunitário previstos para a totalidade das intervenções, a sociedade Polis Litoral Norte só conseguiu contratar até à presente data cerca de 9,5 milhões de euros, não havendo qualquer*

- garantia de vir a assegurar os restantes 35 milhões de euros em falta;*
- 4. Há muito tempo que a sociedade constatou que o investimento previsto e orçamentado para algumas das acções é insuficiente, nomeadamente para as intervenções nas praias de S. Bartolomeu do Mar e de Pedrinhas/Cedovém, não tendo conseguido até à data discutir com a tutela a necessidade e possibilidade de proceder a uma revisão da estrutura financeira do Polis Litoral Norte;*
 - 5. Num projecto que pretende criar um Território de Excelência, requalificando e valorizando-o pela riqueza dos valores presentes (naturais e patrimoniais) que moldam a paisagem e que constituem a identidade deste território, temos assistido a uma postura de absoluta rigidez por parte das entidades competentes na aprovação dos projectos, que se limitam a maior parte das vezes a impor o cumprimento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho (POOC), que data de 1999, que está completamente desactualizado e que só não foi ainda revisto porque, aparentemente, o Governo não disponibilizou a verba necessária para a sua revisão;*
 - 6. Para além do Estado, que realizou em 2008 a totalidade do seu capital social, somente o Município de Esposende tem a realização do seu capital em dia, existindo neste momento um atraso por parte dos outros dois municípios na realização de capital num valor total de 3,27 milhões de euros;*
 - 7. Do capital social gasto ou comprometido até Abril de 2012, já se regista um défice dos outros dois municípios de cerca de 700.000 euros.*

Assim, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência uma decisão urgente sobre o futuro deste programa.

Neste momento o Polis Litoral Norte é pouco mais do que uma fonte de receita de uma empresa pública com morte anunciada para 2013.

Porque os poucos recursos financeiros deste Município não podem servir para assegurar a sobrevivência temporária de uma empresa pública que o Governo pretende extinguir, venho pelo presente dar conhecimento a Vossa Excelência de que aguardaremos mais um mês por uma decisão do Governo relativamente ao futuro do Polis Litoral Norte. Caso não haja nenhuma decisão ou orientação, irei propor à Assembleia Municipal de Esposende a saída do Município deste programa e da sociedade, com a recuperação do capital social já realizado e não aplicado.

Minhas senhoras e meus senhores,

Gostaria hoje de informar que esta carta não foi merecedora de qualquer resposta por parte da Senhora Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território.

Para além das preocupações que já havia manifestado no dia 14 de Julho, acrescento agora o facto dos outros dois municípios registarem um atraso na realização do capital da sociedade no valor total de 3,2 milhões de euros e relativamente ao que já foi efectivamente gasto ou está comprometido já acumularem uma

dívida de cerca de 700 mil euros. Ou seja, estes 700 mil euros que deveriam ter sido retirados do capital dos municípios de Caminha e de Viana do Castelo, foram cobertos pelo capital do Estado e do Município de Esposende.

Acrescente-se que, com um custo mensal de funcionamento de cerca de 100 mil euros, esta dívida está permanente a agravar-se sem que haja qualquer intervenção ou decisão do Governo.

Perante isto, e porque fui eleito para defender os interesses deste Concelho, irei propor na próxima sessão da Assembleia Municipal que o Município comunique formalmente ao Governo a decisão de abandonar o projecto Polis Litoral Norte.

Reitero que todas estas contrariedades, para não lhe chamar outra coisa, não nos farão baixar os braços ou perder o ânimo.

A verdade é que apesar de vivermos uma situação financeira particularmente difícil, queremos continuar a investir e a prestar bons serviços à população.

Por outro lado, temos plena consciência das dificuldades que as famílias atravessam. Por essa razão, assumo aqui o compromisso de estudar empenhadamente, no âmbito da elaboração do Orçamento Municipal para 2013, a possibilidade de levarmos a cabo um desagravamento das taxas e impostos municipais, desde que tal não ponha em causa a quantidade e qualidade dos serviços prestados.

A este propósito, li há dias um comentário de um munícipe numa rede social, a propósito do anúncio de um determinado município

de que iria baixar as taxas do IMI. Dizia o munícipe que a Câmara Municipal de Esposende também podia promover esse desagravamento, até porque tem uma dívida muito menor do que o município em causa. A questão está mesmo aí: assusta muito mais uma quebra de receitas a quem pouco ou nada deve, do que a quem já muito deve.

De qualquer forma, reafirmo o compromisso de nos empenharmos numa redução dos encargos das famílias com as taxas e impostos municipais.

São estes desafios que nos movem. São estes desafios que nos motivam e nos fazem ultrapassar os efeitos negativos das políticas erradas de outros. É o apoio, a compreensão e o carinho da população que nos dá alento e nos traz a energia para ultrapassarmos os desafios que nos são colocados dia após dia.

Caras e caros munícipes,

Termino a minha intervenção fazendo uma breve referência aos cidadãos e às instituições que hoje foram distinguidos pelo Município.

Ao **LIONS CLUBE DE ESPOSENDE**, na pessoa do seu presidente, uma palavra de felicitação pela passagem do seu 25º aniversário, mas acima de tudo uma palavra de agradecimento pelos serviços relevantes que tem promovido junto da sociedade, com destaque para o apoio às instituições locais e aos mais necessitados. Nota de destaque para o facto do Lions Clube de Esposende desenvolver a sua actividade com grande discrição, sem procura de protagonismo individual ou colectivo, apesar do

papel relevante que tem no panorama social da vida esposendense.

Esta é, acima de tudo, uma homenagem a todos aqueles que ao longo destes 25 anos integraram este clube e o dinamizaram.

Uma palavra também de felicitação à **ESCOLA DE MÚSICA DE ESPOSENDE** também pela passagem do seu 25º aniversário.

Sendo uma criação da Câmara Municipal de Esposende, é com particular orgulho que atribuímos esta distinção.

Contando hoje com mais de 450 alunos, a Escola de Música de Esposende é já uma referência no panorama da educação artística e cultural da região.

Tenho muita pena de já não ter tempo para concretizar um dos projectos que mais ambicionava e que seria muito importante para o desenvolvimento e para a projecção da escola: a construção e criação de uma Escola de Artes no concelho de Esposende. Espero sinceramente que no futuro ela se venha a tornar uma realidade.

Dou os parabéns ao Presidente da Zendensino pela excelente gestão que tem feito da Escola de Música e felicito especialmente o seu Director pelo grande trabalho que tem sido desenvolvido.

À semelhança de anos anteriores, entendeu a Câmara Municipal também distinguir personalidades pelo seu empenho, dedicação e entrega ao nosso concelho.

As pessoas que homenageamos este ano têm algo em comum: serviram ou servem com empenho e dedicação o Poder Local como Presidentes de Junta de Freguesia, tendo sido sufragados

em dois ou mais actos eleitorais consecutivos, o que significa que obtiveram por parte do eleitorado, num ou mais momentos, a aprovação do trabalho realizado.

Também têm em comum o facto de nunca terem recebido qualquer distinção municipal pelo exercício de funções autárquicas.

Sempre tive e tenho uma admiração e respeito muito especial por todos aqueles que exerceram ou exercem funções autárquicas nas freguesias, nomeadamente pelos Presidentes de Junta. É um cargo de grande exigência, de muito trabalho e de grande responsabilidade.

Admiro-lhes a dedicação, a perseverança, a disponibilidade e o espírito de sacrifício. São homens e mulheres que devem merecer de todos, independentemente das suas opções político-partidárias, o maior respeito e apoio.

Dos 22 autarcas que hoje são homenageados tive a honra e o privilégio de trabalhar, como Presidente da Câmara Municipal de Esposende, com 18. Sinto-me por isso legitimado para atestar a justiça da atribuição destas distinções.

Em meu nome pessoal e do Município de Esposende, muito obrigado a todos por tudo aquilo que fizeram e/ou estão a fazer pelo desenvolvimento deste concelho e pelo que trabalharam em prol das vossas populações.

Mas a escolha deste ano para a realização da homenagem aos autarcas de freguesia não aconteceu por mero acaso. É nossa

intenção também com este gesto reforçar junto da opinião pública a importância que as Juntas de Freguesia têm para as populações.

Todos sabem que está iminente a extinção de freguesias e de Juntas de Freguesia, fruto de um capricho de meia-dúzia de políticos que não fazem a mínima ideia do que é ser autarca. Estou a falar da famigerada Reforma Administrativa Territorial Autárquica, conhecida por RATA. Aliás, pela sigla já se vê a qualidade da reforma.

Importa deixar claro que mais do que uma imposição da Troika, esta é uma reforma que se vai fazer porque alguns senhores do Poder assim querem, sem se preocuparem minimamente com as consequências negativas que a mesma vai ter para as populações.

Poderia estar aqui um largo período de tempo a dar-vos razões para não concordar com esta reforma. Mas com excepção dos que seguem a cartilha partidária e dos que têm a ideia mesquinha e parola de que os autarcas de freguesia não querem é perder os tachos, qualquer pessoa de bom senso percebe perfeitamente que não há ganhos com esta agregação forçada de freguesias.

Todos sabem também que as Assembleias Municipais têm até ao aos primeiros dias de Outubro para remeterem à Assembleia da República as propostas de aplicação da Reforma nos seus concelhos. Caso não o façam, será uma Comissão Técnica nomeada pelo Governo que decidirá.

Pela parte que me toca, se por um lado me choca a ideia de serem uns tecnocratas lisboetas, que nem sequer sabem onde fica cada

uma das 15 freguesias do concelho de Esposende, a decidirem o futuro do mesmo, por outro lado não posso de forma alguma contribuir para a implementação de uma reforma sem sentido, que vai dividir a população do meu concelho e que vai prejudicar o seu desenvolvimento.

Não fomos nós que inventamos esta reforma, não fomos nós que a pedimos e não precisamos dela para rigorosamente nada.

Para além de todo o tempo que o fiz noutras funções, trabalho há 14 anos como Presidente da Câmara Municipal de Esposende pelo desenvolvimento integral, equilibrado e harmonioso das 15 freguesias do concelho. Tenho igual respeito e estima por todas elas, independentemente da sua dimensão. Por isso, quero aqui anunciar que me recuso liminarmente a participar nesta reforma absurda e que estarei ao lado dos autarcas e das populações na contestação à mesma.

Minhas senhoras e meus senhores,

Termino reafirmando que acredito em Esposende e nos esposendenses.

Na nossa garra, na nossa determinação, na força desta gente que enfrenta o mar e que trabalha a terra.

Juntos saberemos enfrentar as dificuldades e seremos capazes de inculcar nas novas gerações o orgulho de sermos esposendenses.

Viva o concelho de Esposende.